

## O CONCEITO DE VALOR NA AVALIAÇÃO ARQUIVÍSTICA

**Bruno Ramalho**  
**Fernanda Krambeck**  
**Matheus Mendes**

**Resumo:** Dentre todas as práticas arquivísticas a Avaliação é uma das que mais se destaca, devido à vasta diferença de percepções dos profissionais da área, sendo abordada ao longo do tempo de diferentes formas. Frente a esse cenário, o presente artigo foi elaborado visando enxergar as percepções do conceito de Valor em meio ao desenvolvimento teórico da Avaliação. Para tal, executou-se uma revisão de literatura com base na análise de publicações de três grandes personagens da Arquivologia, sendo eles: Terry Cook, Theodore Roosevelt Schellenberg e Hilary Jenkinson. Percebemos, portanto, que o conceito de valor dos documentos é variável e está atrelado às condições temporais, espaciais e subjetivas que cercam tais teóricos.

**Palavras-chave:** Avaliação. Valor. Arquivística. Epistemologia.

## THE CONCEPT OF VALUE IN THE ARCHIVAL THEORY

**Abstract:** Of all the archival practices the Appraisal is one of the most outstanding. Because the vast difference of perceptions of the professionals in the area, it has been treated over the years in different ways. Therefore, this article has been elaborated in order to see the perceptions of the concept of value in the archival theory. For this, a review of the literature was done based on the analysis of publications of three great figures in Archival Science: Terry Cook, Theodore Roosevelt Schellenberg and Hilary Jenkinson. We realized that the concept of value of documents is variable and is tied to temporal, spatial and subjective conditions surrounding those theorists.

**Key words:** Appraisal. Value. Archival Science. Epistemology.

## 1. INTRODUÇÃO

Face às novas demandas e necessidades da sociedade em prol de maior racionalização e eficácia nas organizações, que a partir do Século XX enfrentam um grande aumento na sua produção documental, o campo da Arquivologia passou a enfrentar novos paradigmas, problemas e desafios, entre eles o fato de que seria impossível guardar toda documentação produzida.

Nesse contexto observamos, especialmente nos países de língua anglo-saxônica, a discussão de novas ideias e conceitos, que buscavam contemplar a nova realidade em que os arquivos se encontravam. Dessa forma, tem início uma nova vertente da Arquivologia, que seria mais tarde conhecida como Gestão de Documentos.

O conceito de Gestão de Documentos está diretamente ligado ao conceito de ciclo vital dos documentos, uma vez que diz respeito ao controle dos documentos em todo o seu ciclo de vida, desde sua criação, até sua destinação.

A ideia amplamente defendida por teóricos tradicionais da arquivologia, dentre eles Theodore Schellenberg, de que os documentos possuem um ciclo vital, de que podem apresentar idades ou fases está intimamente relacionada ao conceito de **valor**.

De acordo com Jardim (1995) a Avaliação tem como objetivo básico identificar o valor dos documentos, com o intuito de estabelecer prazos de guarda, transferência e orientar o trabalho de eliminação ou recolhimento dos documentos para os arquivos permanentes, sendo, portanto, atividade basilar para a Gestão de Documentos.

Todavia, algumas questões teóricas de suma importância se colocam para o arquivista que empreende a tarefa de avaliar documentos arquivísticos. Quais são a natureza e a extensão das noções de valor do documento arquivístico? Existe de fato uma teoria e metodologia bem delimitadas no processo de valoração arquivística dos documentos? O conceito de valor é algo objetivo ou depende da subjetividade do profissional?

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objeto o conceito de valor dos documentos de arquivo, e tem como objetivo a identificação de autores e correntes de pensamento da Arquivologia que tratam deste conceito, bem como as configurações que tal conceito assume na teoria arquivística.

O presente trabalho buscou investigar os conceitos de valor adotados pelas diversas correntes na Arquivologia, a fim de averiguar os significados de cada uma delas, suas diferenças, suas semelhanças e o porquê da existência delas.

Para isso, realizamos uma revisão de literatura com base na análise de obras de três autores ímpares da área: Hilary Jenkinson, Theodore Schellenberg e Terry Cook. A escolha dos autores se deu na tentativa de traçar um quadro histórico e epistemológico da construção do conceito de valor pela teoria arquivística, partindo de um polo mais clássico, até um pós-moderno.

Em nosso entendimento e de acordo com Kuhn (1962) a literatura clássica de uma área expressa preocupações associadas ao desenvolvimento primeiro, à constituição de paradigmas essenciais que virão enlaçar e de certa forma dar sentido às relações de uma comunidade científica, apresentando problemas com os quais se envolviam aqueles cuja percepção e materialização do conhecimento constituem caminho precursor, inaugural para determinado campo do conhecimento.

No mesmo entendimento epistemológico proposto por Kuhn (1962) evidenciamos que o desenvolvimento da literatura de determinada comunidade científica apresenta ao longo de seu percurso determinadas fissuras, desdobramentos da progressão do desenvolvimento espacial, temporal e intelectual da própria área que desencadeiam quebras ou mudanças paradigmáticas. Tais mudanças tornam-se evidentes ao comparar criticamente a produção de conhecimento mais recente, engajada em problemáticas surgidas no trajeto da práxis em oposição às premissas teóricas consolidadas que antecedem tais problemáticas.

Para nós, o diálogo entre os fundamentos clássicos, aqueles primeiros paradigmas observados e conceituados pelos teóricos e a problematização dos mesmos, ou seja, a detecção da insuficiência dos mesmos paradigmas para dar conta de problemas mais complexos e recentes pode fornecer um panorama do estado da arte e apontamentos para o desenvolvimento de soluções mais arrojadas que deem vazão às demandas insurgentes e evitem a perpetuação de defasagens teóricas e tecnológicas.

## **2. O CONCEITO DE VALOR ARQUIVÍSTICO EM SIR HILARY JENKINSON**

Sir Charles Hilary Jenkinson foi um proeminente arquivista britânico da primeira metade do século XX nascido em Londres, durante a primavera de 1882. Em 1904 Jenkinson

graduou-se com honras no curso de estudos Clássicos da Universidade de Cambridge onde teve contato com estudos referentes à antiguidade clássica, paleografia e arqueologia.

Jenkinson atuou com arquivista no “Public Record Office” a entidade custodiadora dos arquivos nacionais britânicos. Em ambas as grandes guerras serviu seu país; na primeira delas foi para a Bélgica e para França, servindo posteriormente no “British War Office” responsável pela parte burocrática da guerra: produção e o acúmulo de documentos referentes às questões administrativas das tropas, onde permaneceu até 1920.

Durante a Segunda Guerra Hilary Jenkinson foi destacado em 1944 para servir em uma comissão aliada na Itália, tal comissão era então responsável pela manutenção e preservação de arquivos italianos, especialmente os históricos, que estavam em eminente risco não só devido aos constantes bombardeios mas também pelo caos administrativo gerado pela própria guerra.

Sir Hilary dedicou seus estudos e sua produção teórica a temas como arquivos clássicos e modernos, paleografia e arqueologia. Sua obra considerada de maior relevância arquivística pelos pares é o “Manual of archives administration” escrito em 1922 e revisado pelo próprio autor para uma nova edição em 1937.

A temática do seu “Manual of Archives Administration” gira em torno da busca de uma conceituação clássica dos arquivos, uma vez que o autor foi fortemente influenciado pelos estudos clássicos em sua formação. Jenkinson considera o vínculo orgânico e a naturalidade da produção como características *sine qua non* do documento de arquivo. (JENKINSON, 1937, p. 11)

A experiência como burocrata da grande guerra também parece ter exercido forte influência sobre o pensamento do jovem arquivista, uma vez que a repentina produção e acúmulo de massa documental “bulk” (JENKINSON, 1937, p. 137) nas palavras do autor, permeia todo o seu texto em caráter de preocupação.

Ao longo de sua linha narrativa Jenkinson tenta unir o passado e o presente através de uma ponte teórica que dialoga os arquivos clássicos e os modernos, porém ao tentar articular tal relação ele transpõe a forma de custodiar e preservar os arquivos clássicos para o presente e tenta fazê-la parecer adequada ao tratamento das crescentes massas documentais. O autor chega mesmo a lamentar profundamente a eliminação de determinados documentos

vinculados a fundos de arquivos por questões como escassez de espaço e recursos (JENKINSON 1937, p. 136 – 138).

Para o autor, a grande questão que concerne à eliminação de partes determinadas de um fundo de arquivo é a parcialidade embutida no presente da ação, pois inevitavelmente ao se descartar documentos no tempo presente elimina-se também a possibilidade de existência desses documentos em um futuro de necessidades desconhecidas, onde o mesmo documento destruído no passado poderia ser relevante para o historiador futuro. (JENKINSON, 1937, p. 21- 22).

Hilary Jenkinson identifica na posição do arquivista a correlação entre um guardião da integridade e da naturalidade do processo de representação das atividades do produtor através do próprio documento de arquivo e da acumulação dos mesmos dentro de uma relação intrínseca, de mútuo afeto entre as partes do conjunto onde, para ele, cada uma delas é fundamental e por isso mesmo a eliminação de qualquer uma delas compromete a visão dessa relação por pesquisadores futuros.

O “valor arquivístico” ainda de acordo com o autor resultaria justamente daquilo que chama de um “dever moral” do arquivista em manter a integridade, a naturalidade e autenticidade dos arquivos (JENKINSON, 1937, p. 146).

Portanto para o arquivista britânico o **valor arquivístico** se identifica com a absoluta preservação da integridade e da autenticidade dos documentos dentro do fundo produtor e se opõe estritamente à ideia da destruição ou separação completa ou parcial desse fundo. O arquivo deve ser preservado na totalidade de seu próprio todo: o fundo que o produziu, preservando e zelando pelas relações, das mais particulares às mais gerais, dos documentos entre si e com o produtor.

### **3. O VALOR ARQUIVÍSTICO PARA THEODORE SCHELLENBERG**

Um dos principais teóricos da Arquivística Moderna, T. R. Schellenberg foi um notável arquivista norteamericano, e é frequentemente citado como criador dos conceitos de valor primário e valor secundário dos documentos de arquivo. Em seu clássico livro Arquivos Modernos, o autor dedica um capítulo inteiro à discussão sobre os valores dos documentos na Avaliação dos documentos públicos modernos.

Com o crescente aumento da produção documental do Estado Americano, devido à expansão da atividade governamental, tornam-se necessárias medidas que visem à redução das massas documentais. Além de extremamente onerosa, a guarda de toda documentação produzida prejudica o trabalho do pesquisador, pois segundo o autor “os especialistas se desorientam ante a enorme quantidade de papéis oficiais modernos. Os documentos devem ser reduzidos em quantidade para que sejam úteis à pesquisa erudita.” (SCHELLENBERG, 2006, p. 179).

Tendo isso em mente, nota-se que, para Schellenberg, o papel da avaliação de documentos é, primordialmente, servir ao pesquisador, essencialmente o historiador. Para que isso seja viável, o autor defende que os documentos devem ser preservados de acordo com a existência de valores distintos daqueles que os geraram.

Segundo o autor, os documentos nascem dotados de valor primário, pois nascem do cumprimento dos objetivos para os quais foram criados. Contudo, alguns documentos podem apresentar valores que persistirão após seu uso corrente, e que serão de interesses a diversos. (SCHELLENBERG, 2006, p. 180) Esse seria o valor secundário dos documentos.

Os valores secundários de documentos podem ser determinados em dois aspectos: de prova e informação. Contudo, o autor ressalta que a distinção entre valor probatório e valor informativo é meramente didático, uma vez que os dois não se excluem mutuamente.

Schellenberg enfatiza que o conceito de valor está diretamente ligado aos conceitos de valor primário e secundário, não devendo ser confundido com outras noções de valores, tais como valor administrativo, valor legal, valor fiscal, valor científico, cultural, histórico, entre outros.

Percebe-se no decorrer do capítulo que para Schellenberg o “valor” é visto como algo intrínseco ao documento, algo a ser descoberto, ou mesmo julgado. “O arquivista deve saber como um documento veio a existir para poder julgar o seu valor, qualquer que seja o seu objetivo” (SCHELLENBERG, 2006, p. 184). Tal concepção se dá como tentativa de rejeitar a antiga prática de avaliação de documentos realizada em países europeus, baseada na intuição do arquivista.

Sendo assim, a Avaliação de documentos em Schellenberg não é um processo subjetivo, baseado em intuições ou atribuições arbitrárias de valor, ao contrário, tem como

pilar a análise dos documentos em sua totalidade. A esse respeito o autor defende que “a análise é a essência da avaliação arquivística. Ao mesmo tempo em que aquilata os valores probatórios dos documentos, o arquivista deve levar em conta o conjunto da documentação do órgão que os produziu.” (SCHELLENBERG, 2006, p. 227).

No que tange a identificação dos valores probatórios, o autor sugere como metodologia a aplicação do teste do valor probatório, que segundo ele é um teste prático e que envolve uma análise objetiva. (SCHELLENBERG, 2006, p. 183) Mais uma vez, ao arquivista compete julgar o valor dos documentos, e o seu julgamento será mais seguro quanto mais completa for a análise dos documentos.

Contudo, apesar de não considerar a avaliação um processo subjetivo, Schellenberg tampouco a considera um processo exato e objetivo. Segundo ele, não se deve reduzir a determinação dos valores dos documentos a padrões exatos ou precisos. Ao contrário, tais padrões de valoração de documentos devem ser entendidos enquanto princípios gerais, que servirão como guias no difícil processo de avaliação dos documentos. (SCHELLENBERG, 2006, p. 226)

Além disso, o autor relativiza o conceito de valor, argumentando que “o que tem valor para uma época passada pode ser insignificante para o presente”. (SCHELLENBERG, 2006, p. 226). Nesse ponto, Schellenberg parece quase admitir que há um grau de subjetividade do arquivista em relação à avaliação de documentos:

Os arquivistas de diferentes arquivos de custódia podem também usar diferentes critérios na avaliação de tipos semelhantes de documentos, pois o que é de valor para um pode não interessar ao outro. Uma consistência absoluta no julgamento dos valores informativos é tão indesejável quanto impossível de ser obtida. (SCHELLENBERG 2006, p. 227).

Enfim, a análise da obra de Schellenberg auxilia na compreensão da construção de um campo teórico sobre a avaliação de documentos arquivísticos, mesmo que esse campo ainda esteja em desenvolvimento, e com muitas lacunas a serem preenchidas, especialmente no tocante à questão da objetividade do profissional dos arquivos quanto a atribuição de valor aos documentos.

#### **4. TERRY COOK: PÓS-MODERNISMO E MACROAVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS**

Conceituado como um dos pilares da corrente de pensamento mais recente na Arquivologia, denominada como Pós-Moderna, Terry Cook, arquivista canadense, é um dos autores que abordam e se aprofundam no conceito de avaliação, de suma importância para a prática profissional arquivística e amplamente debatida por pensadores da área.

No âmbito canadense, a avaliação arquivística é interpretada como “macroavaliação”. Da etimologia da palavra extraímos seu significado, onde a palavra – macro - indica uma amplitude no conceito de avaliação. Assim, o termo apresentado passa a ideia de que na prática de avaliar os documentos estão inclusas outras questões que interferem nesse processo, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, exigindo que tais assuntos sejam levados em consideração.

Seguindo nesse raciocínio, onde a avaliação deve levar em conta uma vasta gama de assuntos que interferem na permanência ou no descarte de determinados documentos, Cook reforça que essa prática é de imensa complexidade devido às consequências que dela são geradas (COOK, 2005, p. 103). Assim, é competência do profissional do arquivo decidir quais documentos são relevantes para a sociedade, e isso influenciará os usuários, pois esses só poderão ter acesso àquilo que os arquivistas envolvidos no processo de avaliação julgaram necessário preservar.

Essa responsabilidade de interventor põe o profissional em uma nova realidade, onde ele é personagem ativo e atuante no que se refere à informação contida no arquivo, diferente de épocas passadas onde a sua função era exclusivamente de guardião da informação, responsável apenas por oferecer o acesso e cuidar para que ele fosse realizado pelo maior prazo possível.

O Pós-Modernismo é uma corrente de pensamento que busca reconhecer esse papel de interventor do Arquivista e, por consequência, causa um incômodo em alguns profissionais mais conservadores, pois busca a quebra de paradigmas, visando redefinir a forma com a qual se enxerga a Avaliação e quem se envolve com ela. A mudança nunca é vista com bons olhos, principalmente quando se tenta estabelecer um campo científico e os próprios pensadores da área acabam por invalidar alguns aspectos importantes, tomados como base e fixados até os

dias de hoje. Assim, o pensamento pós-moderno se apresenta, visando estabelecer uma nova conduta:

O pós-moderno desconfia e se rebela contra o moderno. A noção de verdade universal ou conhecimento objetivo baseada nos princípios do racionalismo científico do Iluminismo, ou no emprego do método científico ou da análise textual clássica, é descartada como quimera. Através de uma análise lógica impiedosa, os pós-modernistas revelam a ilógica de textos alegadamente racionais. O contexto por trás do texto, as relações de poder que modelam o patrimônio documental, e até a estrutura do documento, o sistema de informação residente e as convenções narrativas, são mais importantes que a coisa objetiva em si ou o seu conteúdo. Fatos em textos não podem ser separados da sua atual ou passada interpretação, nem o autor do assunto ou o público, tampouco o autor da sua obra, ou obra do contexto. Nada é neutro. (COOK, 2012, p.128)

Podemos observar que Terry Cook enxerga o papel do arquivista como um grande questionador do mundo ao seu redor, atribuindo ao profissional um papel investigativo de todos os meios que circundam seu ambiente profissional, evidenciando a interdisciplinaridade presente no campo científico da Arquivologia.

Essa relação com outros campos será interiorizada na prática da Avaliação, resultando em um produto diferente daqueles que se relacionavam com os documentos tentando o máximo possível ser imparcial. A subjetividade não está presente apenas na avaliação de documentos como também na criação destes, assim afirma Terry Cook, buscando confrontar as ideias do pensador Jenkinson:

Nenhum texto é um mero e inocente subproduto da ação, como Jenkinson afirmava; ao invés, trata-se de um produto conscientemente construído, embora essa consciência possa estar tão transformada em padrões semiconscientes ou até inconscientes de comportamento social, processo de organização e apresentação de informação, que a conexão com a realidade externa e as relações de poder ficam muito escondidas. Os textos (incluindo imagens) são todos uma forma de narração muito mais preocupada com a construção de consistência e harmonia para o autor, melhorando posição e ego, em conformidade com as normas de organização e os padrões de discurso retórico, do que com evidências de atos e fatos, ou enquadramentos jurídicos ou legais. E não existe apenas uma narrativa numa série ou coleção de documentos, mas muitas narrativas e histórias, servindo a muitos propósitos para muitos públicos, através do tempo e do espaço (COOK, 2012, p.128-129).

Em síntese, o valor da Avaliação nos conceitos abordados por Terry Cook possui uma grandeza, um impacto maior do que o de autores mais tradicionais, pois ela não apresenta um fim em si mesmo. A prática de avaliar transcende o próprio documento e alcança áreas até então ignoradas, e que de acordo com essa vertente necessita de mais atenção a fatores externos e, dessa forma, uma maior profundidade de pesquisa em concomitância com outros campos, expandindo o conceito de valor em Avaliação, ou, como Cook apresenta, em Macroavaliação.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observando as definições de valor arquivístico atribuídas por Jenkinson, Schelenberg e Cook, podemos dizer que o conceito é variável e está atrelado às condições temporais, espaciais e subjetivas que cercam tais teóricos.

Para Jenkinson os valores que permeiam o próprio conceito de valor são aqueles gerados na plenitude da mentalidade positivista que este vivenciou através de seus estudos na universidade de Cambridge no início do século XX, por suas experiências como burocrata na primeira grande guerra e pela tentativa frustrada dos britânicos em salvaguardar arquivos históricos estrangeiros.

No universo de Jenkinson a destruição é equivalente à perda, ao luto ao desterro e ao desperdício e deve ser evitada a todo custo. Isso transparece nas ideias e nas palavras do autor quando este nega veementemente até a remota possibilidade do descarte de qualquer parte ou integralidade de um fundo de arquivo, chegando a considerar tal postura criminosa do “ponto de vista dos arquivos”. (JENKINSON, 1937).

O “ponto de vista dos arquivos” é na verdade, e nada mais do que isso, o ponto de vista do próprio Jenkinson, imbuído de sua subjetividade e de seu lamento moroso pela perda de uma forma geral, sua hesitação pela destruição que se converte em uma ojeriza pelo próprio verbo “to destroy” onde apenas o lado negativo, o lado da perda, do desperdício, do não ser, da incompletude de si é levado em conta.

A idéia de “destruição” de Hillary Jenkinson é fatalmente, irremediavelmente e apenas negativa e são estes atributos de negatividade que ele adita ao que seria uma idéia preliminar de avaliação dos arquivos.

No caso de Schellenberg, podemos afirmar com certa margem de segurança que a área se depara pela primeira vez com uma visceral necessidade por um calendário de avaliação de documentos impulsionado pela explosão documental do pós-guerra, pelo Welfare State nos EUA e pela emergência de uma grande potência (EUA) e massa documental que tal movimento comporta.

O que podemos constatar na tentativa de Schellenberg de racionalizar a produção, o tempo e o espaço é o início do desprendimento em relação aos antigos valores do positivismo e da conservação a todo custo. A mudança paradigmática da segunda metade do século XX impulsionada pela escassez de um tempo, um espaço e um modo de produção e conservação admitido em eras anteriores que acabou por se tornar obsoleto diante das mudanças impostas pelos acontecimentos recentes pela própria passagem do tempo que irrevogavelmente transforma o espaço e as relações.

Apesar e talvez mesmo em virtude da própria urgência do momento histórico onde primeiramente emerge o conceito de “gestão de documentos” através da ótica emergente da racionalização, vemos Schellenberg dando passos inaugurais na direção de um novo tratamento dos arquivos dentro de novos espaços e novos tempos, permeados por novas relações. É possível dizer que o autor nesse ponto é receoso e extremamente cauteloso, abordando ainda de forma incipiente o que viria a ser configurado mais tarde como o processo de avaliação de documentos.

Finalmente com Cook, atingimos o que até então tem sido a plenitude da fluidez moderna, onde não só os espaços, tempos e relações foram realocados e rearranjados como o continuam sendo continuamente.

A preocupação maior deste autor é a defasagem teórica e tecnológica que separa a nossa atual era social do tratamento contemporâneo dado aos arquivos. Enquanto vivenciamos um contexto de impermanências e constantes mudanças nas esferas políticas, sociais, teóricas e tecnológicas; a Arquivologia parece tentar conservar velhos hábitos profundamente arraigados num passado que não pertence no contexto contemporâneo.

O esforço de Cook escoa na direção da Macroavaliação, uma forma diferenciada de avaliar os arquivos, outorgando participação a setores políticos e sociais que antes não eram considerados nesses termos. É um trabalho no sentido da pluralidade, um esforço em dar vozes ativas àqueles que foram durante séculos silenciados nesse processo, o processo da construção da memória coletiva.

No texto de Cook a Memória Social ganha tônica enquanto espaço construído pela coletividade e da qual a sociedade é convidada a participar não como mero acréscimo, mas sim como razão sine qua non da própria memória que queremos construir a partir dos nossos arquivos.

## REFERÊNCIAS

COOK, T. **Macroappraisal in Theory and Practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950-2000**. Manitoba, 2005.

INDOLFO, A. C. Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, n. 6, 2012, p. 13-37. Disponível em:  
[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204432/4101451/revista\\_AGCRJ\\_6\\_2012.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204432/4101451/revista_AGCRJ_6_2012.pdf).

JARDIM, J. M. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, v. 2, n. 2, jul./dez, 1987.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.12, p.1-13, 1995.

JENKINSON, H. **A Manual of Archive Administration**. 2.ed. Londres: 1937.

KUHN, T. **The Structure of Scientific Revolutions**. 2.ed. Chicago: The University of Chicago Press: 1962.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.